

Gestão Esportiva no Primeiro Setor

1

SETOR PÚBLICO

Gestão Esportiva

2

- ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS podem estar no...



Gestão Esportiva no Setor Público

3

- Qual a função do Estado enquanto administrador do esporte?
- Constituição Federal – Artigo 217:
 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um.

Gestão Esportiva no Setor Público

4

- Como o Estado fomenta práticas esportivas?
 - Através de POLÍTICAS PÚBLICAS.
- Com que finalidade o Estado fomenta práticas esportivas?
 - Para promover SAÚDE.
 - Para promover EDUCAÇÃO.
 - Para promover RENDIMENTO ESPORTIVO.

Gestão Esportiva no Setor Público

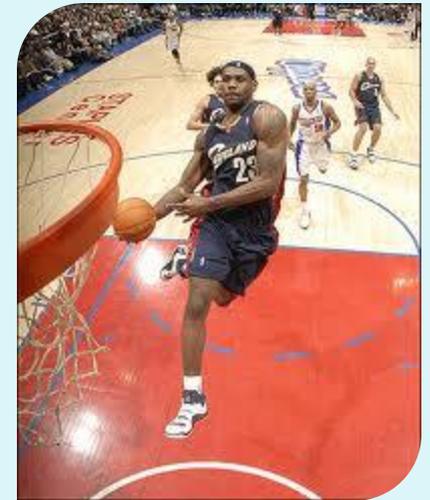
5

- O que é política pública?
 - Curso de ação (ou de não ação) tomado por entidades governamentais com relação a uma questão em particular ou um conjunto de questões (Kraft & Furlong, 2009).
 - É o que quer que o governo decida fazer ou não fazer (Dye, 2001).
- O que direciona as políticas públicas?
 - Leis e programas

Gestão Esportiva no Setor Público

6

- Lei 9.615/98 – Capítulo 3 – Da natureza e das finalidades do desporto
 - Esporte educacional
 - Esporte participação
 - Esporte rendimento
 - Esporte de formação



Gestão Esportiva no Setor Público

7

- A- Políticas públicas para promoção da educação
- Constituição Federal – Art. 205
 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ...



Gestão Esportiva no Setor Público

8

- B- Políticas públicas para promoção da saúde
- Constituição Federal - Art. 196
 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença...



Gestão Esportiva no Setor Público

9

- **Ministério da Saúde**
 - “Atividade física” é uma ação específica dentro da Política Nacional de Promoção da Saúde
 - Foco na prevenção de doenças crônicas e tratamento de doenças infecciosas
- **Secretaria de Saúde do Estado de SP**
 - ✦ Agita São Paulo

PROGRAMA AGITA SÃO PAULO

10



- Foi criado para combater o sedentarismo no Estado de São Paulo promovendo atividade física e o conhecimento dos benefícios de um estilo de vida ativo;
- É o resultado de um convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul – CELAFISCS, em parcerias que hoje envolvem mais de 200 instituições governamentais, não governamentais e empresas privadas.

ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA EM DIFERENTES FOCOS DA POPULAÇÃO

14

AGITA CARNAVAL

AGITA TRABALHADOR

AGITA VERÃO

AGITA GALERA

Gestão Esportiva no Setor Público

15

- C- Políticas públicas para promoção de educação e saúde através do esporte
- Ministério do Esporte
 - Programa Segundo Tempo
 - Programa Esporte e Lazer da Cidade
- Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de SP
 - Programa Vida Ativa (idosos)
 - Programa Esporte Social

Gestão Esportiva no Setor Público

16

- D- Políticas públicas para o esporte de rendimento
- O Sistema Brasileiro do Desporto compreende (Lei 9.615/98, art. 40.):
 - I – o Ministério do Esporte;
 - II – o Conselho Nacional do Esporte (CNE); e
 - III – o Sistema Nacional do Desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Gestão Esportiva no Setor Público

17

- **Ministério do Esporte**
 - Órgão administrativo máximo
 - Três secretarias “técnicas” (+ secretária executiva)
 - ✦ Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
 - ✦ Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social
 - ✦ Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do torcedor
 - Ver site – www.esporte.gov.br

Gestão Esportiva no Setor Público

18

- Conselho Nacional do Esporte (CNE)
 - Órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento do Ministério do Esporte
 - Objetivo: oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional de Esporte



Gestão Esportiva no Setor Público

19

- **Sistema Nacional do Desporto**
 - Promover as práticas esportivas de rendimento
 - I - COB
 - II - CPB
 - III - entidades nacionais de administração do desporto
 - IV - as entidades regionais de administração do desporto
 - V - as ligas regionais e nacionais
 - VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores
- Sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Gestão Esportiva no Setor Público

20

- LEIS
 - Lei Pelé (9.615/98)
 - Lei Agnelo/Piva (10.264/01)
 - Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06)



Administração Esportiva no Setor Público

21

- Lei Agnelo/Piva (10.264/01)
 - 2,7% do total arrecadado com as loterias federais → COB (62,96%) e CPB (37,04%) – 10% investidos no esporte escolar e 5% no universitário;
 - R\$ 284 milhões em 2016;
 - Clubes formadores de atletas olímpicos X CBC



Administração Esportiva no Setor Público

22

- Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06)
 - Pessoas jurídicas sem fins lucrativos de direito público e privado
 - ✦ Pessoa física → 6% desconto IR devido
 - ✦ Pessoa jurídica → 1% desconto IR devido
 - Projetos esportivos
 - ✦ reforma ou ampliação de instalações esportivas
 - ✦ implantação de programas de atividade física regular
 - ✦ custeio de participação em competições
 - ✦ promoção de festivais, campeonatos
 - ✦ NÃO pode pagar salários de atletas/técnicos



Gestão Esportiva no Setor Público

23

- Em nível estadual
- Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo
 - Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (13.918/09 e Decreto 55.636/10)
 - ✦ Empresas pagadoras de ICMS podem destinar de 0,01 a 3% do imposto devido a projetos esportivos



Conclusões

24

- A gestão esportiva no setor público se preocupa em usar o esporte como instrumento para melhorar a educação e a saúde do povo
- Nestas linhas, a gestão esportiva no primeiro setor carece de objetividade e efetividade
- A gestão esportiva pública também se preocupa com o esporte de rendimento e com a participação do Brasil em competições internacionais
- O fomento via primeiro setor do esporte de rendimento acontece através da Lei Piva e de leis estaduais e federais de incentivo ao esporte